

A RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA NO TERRITÓRIO DA BACIA LEITEIRA DE AQUIDAUANA MS

Lucimar Constantino Barbosa¹
Luiz Carlos Batista²

Resumo

O presente trabalho teve como escopo o objetivo de analisar o território e os processos da construção camponesa, discutir as estratégias de resistência e recriação do campesinato que produz leite na Bacia Leiteira de Aquidauana.

Com as novas reformulações, o produtor de leite tem que se adequar à unidade produtiva, pela grande maioria dos produtores serem camponeses que produzem para sua subsistência, tornando-se o elo mais atingido.

Neste trabalho, a abordagem teórica utilizou o materialismo histórico e dialético, privilegiando as visões críticas, calcadas no campo teórico da economia política. Paralelamente, foi realizado um levantamento junto ao Sindicato dos produtores de leite do Estado de Mato Grosso do Sul para saber quais eram os laticínios onde os produtores entregam o leite produzido

De posse das informações, foi feito um levantamento no quantitativo dos produtores por município da Bacia Leiteira de Aquidauana, tendo sido constatado que estavam cadastrados cerca de 1.390 (mil trezentos e noventa). Foram entrevistados, no decorrer dos anos da pesquisa, 144 produtores.

Palavras chaves: Camponeses, Pecuária leiteira, Reorganização produtiva

¹ Mestre em Geografia/UFMS/CPAQ. E-mail:lucimarcb@hotmail.com

² Prof. Dr. DGC / CPAQ / UFMS. E-mail: luiz-carlos-batista@msn.com

A construção do território e os processos da territorialização camponesa no capitalismo

Os camponeses instaurados na Bacia Leiteira de Aquidauana, dos proprietários de terras que conseguiram por compra, herança ou posse, é o de um dinamismo das reproduções sociais e econômicas da cultura se traduzem nas diversificações das atividades, produzindo produtos agrícolas e força de trabalho familiar.

A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos etc.) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes (SANTOS, 1997, p. 114-115).

Portanto o território da Bacia Leiteira de Aquidauana é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades, no momento que ocorreram, desde a sua História no processo migratório de ocupação depois na divisão de terras por herança, na desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais, sendo que com a desterritorialização do latifúndio ocorre a territorialização dos assentamentos, portanto a desterritorialização do latifúndio ocorre conjuntamente com a reterritorialização dos camponeses, no qual esses dois procedimentos são partes dos processos sucessivos de territorialização.

Todavia a constituição do território desta bacia leiteira demonstra que a realidade econômica é resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, territórios, conflitualidade, ocupação de terra, mercado, Estado e instituições diversas. Entre os produtores de leite pesquisados, uma parte é de camponeses assentados que lutaram pela terra para se ressocializar, e outros produtores são pequenos camponeses que adquiriram sua propriedade através de herança e compra realizada com “pedaço de terra”, como eles mesmos falam.

É importante destacar que a produção de leite na Bacia Leiteira de Aquidauana para os camponeses foi uma alternativa de produção, muitos deles tinham aptidão agrícola e que transformaram uma relação de trabalho e de produção, estabelecendo um novo processo de territorialização uma nova reterritorialização que tenha, como principal objetivo, uma renda de sobrevivência familiar.

Na Bacia Leiteira de Aquidauana, os laticínios (indústria) extraem a renda da terra camponesa em seu favor, monopolizam o território dos camponeses pelo capital industrial da produção de leite que eles entregam para o laticínio sobre as condições de pôr o valor na sua produção, pagando o preço do leite muito baixo e assim se apropriando da renda da terra desses camponeses. Portanto, os agentes do capital monopolizam o território sem territorializarem-se, redefinindo relações camponesas (OLIVEIRA, 2007).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostrase fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (MARTINS, 1986, p.177).

Por outro lado, favorece o domínio camponês do território, ou seja, apesar da territorialização camponesa, ele se reforça, pois os camponeses continuam com a posse da terra, e têm buscado, cada vez mais, as alternativas de produção e inserção no mercado.

Todavia, a existência do camponês não deve ser vista como algo desolado do capitalista, mas como parte integrante neste modo de produção. A atividade camponesa não é oposta às bases de acumulação ampliada, observa-se praticamente o contrário, pois o fato de estar assentada em relações não tipicamente capitalistas permite a maximização da acumulação dos setores capitalistas (PAULINO, 2003).

Evolução da produção de leite no território da bacia leiteira de Aquidauana

A produção de leite desta bacia, segundo dados dos laticínios e cooperativas que coletam o leite, é formada por 1.390 (mil trezentos e noventa) produtores que entregam leite na formalidade; não foram contabilizados produtores que entregam na informalidade e que tiram para o seu consumo próprio. Verificou-se que os produtores de leite que entregam para esses laticínios são, na maioria, camponeses, produzem pequenos volumes de leite, e a grande maioria não é especializada, produzindo o leite e comercializando apenas para sobrevivência.

São raros os produtores que utilizam assistência técnica de profissionais especializados para gerenciar a propriedade. Foi encontrado somente um produtor que tem uma técnica que gerencia sua propriedade; somente utiliza assistência técnica de veterinários em casos de urgência e emergência. De um modo geral, eles tiram informações em casa de produtos veterinários, onde encontram técnicos, falam do sintoma da doença e assim levam o medicamento. Todavia, em primeira instância, eles usam a sabedoria popular para dar os primeiros socorros ao seu animal.

As propriedades rurais que exercem a atividade leiteira são propriedades particulares em sua maioria, adquiridas sob forma de posse, como se pode verificar no Gráfico 1.

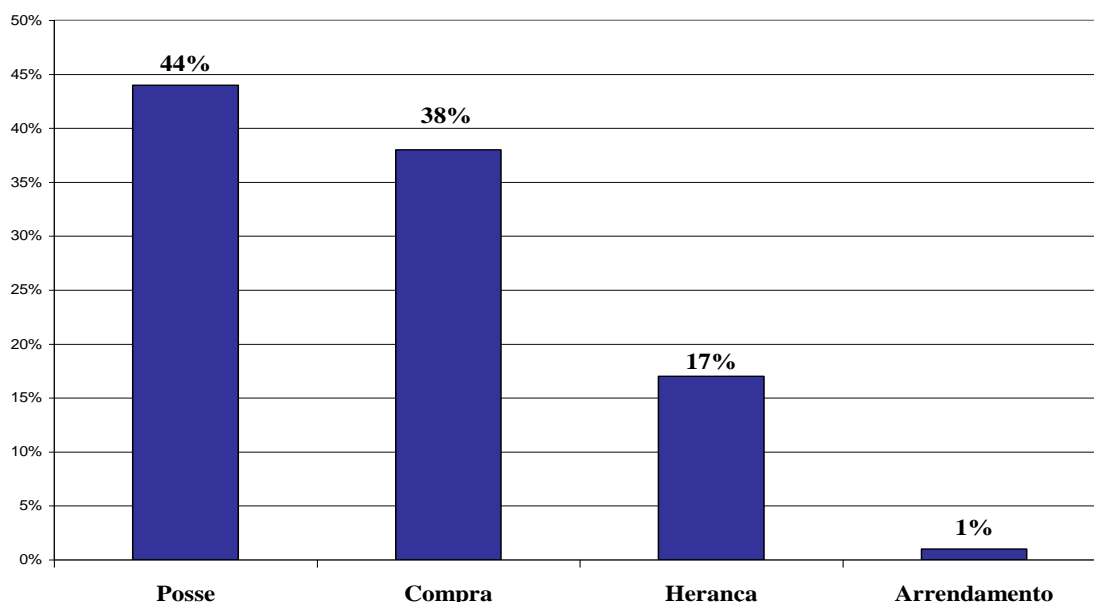


Gráfico 1. Origem das propriedades dos entrevistados da bacia

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

De acordo com a pesquisa de campo, o Gráfico 1, demonstra que as propriedades de posse representam 44% dos produtores entrevistados; são as que mais estão produzindo leite.

Encontram-se 35 assentamentos nesta bacia leiteira, e por serem propriedades pequenas em extensão de áreas, está havendo incentivo do governo do Estado para a criação de gado leiteiro, principalmente para as propriedades que apresentam solos de baixa fertilidade, necessitando de investimentos tecnológicos para a que melhoria de solo, já que o Estatuto da Reforma Agrária prevê a desmembração das terras improdutivas.

Os assentados encontram-se em áreas de solos fracos, principalmente para cultivo de lavoura, e assim deve haver grandes investimentos quanto à correção do solo para plantações de lavoura; a baixa fertilidade do solo foi confirmada quando foi feita a pergunta sobre o que levou o proprietário a produzir leite:

- *Não tenho outra opção não da roça, solo tem muito afloramento de rocha.*
- *Aqui o recurso é este mesmo o terreno não é bom e quando chega a plantar a roça alaga tudo.*
- *Comecei a produzir roça, mas é terra de banhado não pode jogar veneno.*
- *A propriedade é pequena e a lavoura era muito difícil a terra não ajuda é ideal para capim.*
- *Plantei mandioca, abacaxi, nada vai pra frente, aí resolvi partir para o leite, a única fonte de renda. (Depoimentos de proprietários, em municípios diferentes, feitos durante a pesquisa de campo)*

Como se pode verificar foram unânimes em relatar que a propriedade era pequena e não dava para fazer as duas coisas, assim: ou plantava ou possuía vaca leiteira, e como eles precisam de uma renda mensal optaram em tirar leite, pois para plantar lavoura precisa-se de muitos investimentos no solo e, em muitos casos, existe propriedade no pantanal em que os pássaros comem tudo e quando chega na hora da colheita, não tem mais nada para ser colhido.

Os camponeses produtores de leite demonstraram resistência quanto à exigência da indústria em aumentar a produção e possuir gado leiteiro especializados. Pois mantém o cruzamento de vacas leiteiras predominantemente da raça holandesa e girolando sempre com boi nelore (raça especializada na produção de carne). Existem também as cruzas sem raça definida que eles denominam pé-duro ou tucura. Segundo os camponeses, sendo a cruzada com o boi nelore, facilita a comercialização; se for um bezerro de raça pura leiteira, como eles mencionam, não tem valor comercial, portanto usa este método para ter o bezerro como subproduto na hora de dificuldade financeira, facilitando a comercialização.

Nestas contradições do modo de produção camponês, ora propõe-se a produzir acima de suas necessidades e se engajam ao mercado, ora propõem reduzir sua produção, para resistirem às situações impostas pelo mercado.

Segundo Santos (1984.p. 22), o camponês possui os meios de vida “necessários a sua manutenção como produtor”. Na unidade produtiva camponesa, combinam-se as produções de meios de vida, “o fundo de consumo” e a produção de mercadorias.

Industrialização do Leite na Bacia Leiteira de Aquidauana

O segmento industrial, ou de transformação, consiste na indústria de laticínio e nas cooperativas de pequeno porte, instaladas nos municípios da bacia leiteira e as indústrias de médio e grande porte instaladas fora da localidade da bacia em outros municípios da região; são as indústrias que estabelecem informações quanto à exigência e cuidados com manejo e qualidade da produção com os produtores e são responsáveis quanto à distribuição dos produtos beneficiados, entregando em vários estabelecimentos como supermercados, padarias, pequenas mercearias, sendo este produto oligopolizado, pelas grandes empresas que detêm as maiores vendas.

As distribuições pertencem ao segmento do consumidor final, sofrendo exigência do consumidor institucional, quanto à qualidade de um bom produto, e do Governo, porque algumas indústrias desta bacia distribuem seu produto para o Governo através de programas de projetos sócio-educativos e escolas de redes estaduais e municipais, tendo que cumprir as escalas de produção e tempos corretos.

No processo de relação de indústria e produtor, devido à distribuição geográfica da produção ser distante das indústrias de beneficiamento, são instalados resfriadores em pontos estratégicos do produtor de leite sendo indispensável para um bom desenvolvimento dessa atividade e esse segmento determina o preço e as características dos produtos produzidos.

O leite resfriado faz parte da realidade desses produtores, os tanques são representativos nas propriedades rurais desta bacia, devido, às condições climáticas da região e à distância em relação às indústrias. Tal fato se dá em razão das condições de produção já que a bacia tem um grande número de assentamentos que são na grande maioria, distantes da cidade e das indústrias com a infra-estrutura da eletrificação. O uso de resfriadores para receber a coleta do leite a granel, deixado em pontos específicos,

tornou-se condição imprescindível para a captação da matéria-prima, gerando uma fonte de renda para esses produtores camponeses, haja vista de constituírem em métodos alternativos para os produtores de baixa produção nesta bacia leiteira.

As indústrias instaladas nesta bacia são de pequeno porte e de pouca tecnologia. De acordo com as entrevistas realizadas, ficou constatado que é muito pequeno o percentual de empresários que têm formação superior (4%) e a administração é feita pela própria família. Tentam melhorar a qualidade de seus produtos através de conhecimento técnico oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e recebem orientação da Agência IAGRO.

Instrução da Normativa 51 (IN 51)

A Normativa 51 são regulamentos que exigem uma reterritorialização dos produtores de leite com uma série de cuidados com o manejo e higiene na produção de leite e na propriedade. A aplicação da Instrução Normativa 51, editada em 2002, é a alteração mais recente no setor lácteo, após uma série de mudanças que a precederam a partir da década de 90.

A principal alteração introduzida pela IN 51 é a extinção do leite tipo C, o qual será substituído pelo leite pasteurizado, beneficiado a partir do leite cru resfriado (ou, excepcionalmente, a partir de leite cru não resfriado). Esse leite, sem identificação de tipo, pode ser produzido, processado e comercializado desde a publicação da IN 51, uma vez atendidas as determinações dos regulamentos técnicos específicos, (resfriado na propriedade e transportado a granel até a indústria).

Devido à exigência do mercado consumidor, os setores produtivos tendem sofrer conseqüências segundo Jack e Galan (1998), os produtores que não atenderem a essas necessidades serão considerados atrasados e representarão um empecilho para o desenvolvimento da cadeia produtiva de leite. A lógica está nas tecnologias mais avançadas, se adequadas dentro de uma escala de produção, reduzem os custos e com isso aumenta a lucratividade e que a granelização representa, em médio prazo, a inevitável seleção de produtores, só os produtores especializados se adaptarão às novas regras, os demais deixarão de produzir leite, ou seja, tendem ao desaparecimento.

Gomes (2001, p. 6), ressalva que a saída de produtores do mercado pode ser vista por dois ângulos:

Abastecimento e social. Do ponto de vista de abastecimento, são dispensáveis, visto que a produção tem crescido, significativamente, mesmo com a saída de muitos produtores. Do ponto de vista social, esse processo traz conseqüências não-desprezíveis, porque a atividade leiteira é importante na geração da renda de muitas famílias e os ajustamentos requeridos para o abandono desta atividade não se fazem com facilidade.

Na lógica destes autores, os camponeses produtores de leite tendem a desaparecer, e não irão mais conseguir comercializar seu produto, quem vai produzir leite serão somente os produtores capitalizados que produzem em grandes volumes pela incorporação de tecnologias e assim melhoria da qualidade do produto. No entanto, neste trabalho verificou-se, que quem produz leite no Brasil são os pequenos produtores, no momento que relatam aumento de volume da produção, diminuiu o número de produtores e não melhorou a qualidade, comprovando-se quem está produzindo leite são os pequenos produtores, até porque se fossem os grandes produtores que eles mencionam, o leite seria de qualidade.

De acordo com estes autores, verifica-se que o rigor da exigência, sem se dar um tempo aos pequenos camponeses, provocaria uma exclusão social e o êxodo rural, sendo que está confirmado que quem produz leite no Brasil são pequenos camponeses que extraem da produção do leite o seu sustento e o excedente eles comercializam, portanto muitas famílias teriam que ir trabalhar fora da sua propriedade, como diarista, capataz de fazendas ou em busca de empregos na cidade.

Os produtores de baixa tecnologia são os camponeses que são voltados à segurança e não estão passivos diante do capital monopolista, produzem para a sua sobrevivência e o excedente comercializa; no momento em que eles especializam a sua propriedade em um só produto, eles correm o risco de perder tudo em uma crise financeira ou em caso de epidemia em seus animais; eles são voltados à segurança de sua sobrevivência, e assim sendo não pode julgá-los atrasados.

Também é preciso destacar, em seu relato, a resistência destes camponeses em se adequar aos projetos oferecidos, principalmente quando se recomenda aos camponeses a ordenha das vacas duas vezes ao dia, eles não aceitam e resistem em não querer entrar no projeto.

Essa lógica reflete-se na Bacia Leiteira de Aquidauana, pois é constituída de camponeses que tem a produção simples de mercadorias; são famílias que vieram de regiões que têm ciclo de plantios; ora havia períodos de intenso trabalho, ora não, para plantar ou colher suas lavouras; outros vêm da cultura com o manejo com o gado de corte, cria e recria, que é o que predomina nesta bacia leiteira.

Essa relação está vinculada à distinção entre tempo de trabalho e tempo de produção que se dá de forma distinta na agricultura e na indústria, demonstrando que os camponeses têm uma jornada de trabalho que eles mesmos determinam, apresentando elementos componentes da produção camponesa; não há uma rigidez de horários diários como na produção capitalista, conforme assevera Oliveira.

A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção do camponês. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de hora diária como na produção capitalista: a jornada de trabalho camponesa varia conforme a época do ano e segundo os produtores cultivados. Assim combinam-se períodos chamados de trabalho acessório, com períodos de intenso trabalho (OLIVEIRA, 1991, p. 64).

Assim sendo, na agricultura camponesa o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto na organização empresarial capitalista não há lugar para subjetividades (BRANDENBURG, 1999 *apud* PAULILO, 2001).

O modo de vida do camponês se realiza por meio da transmissão e reprodução entre gerações de práticas e valores culturais, as mudanças ocorrem em ritmo lento em relação à modernidade imposta ao modo capitalista de produção, opondo a sua lógica diante de uma sociedade moderna.

Portanto, estas questões colocadas trazem à tona pontos importantes, que vêm sendo debatidos pela cadeia produtiva do leite no Estado de Mato Grosso do Sul e da Bacia Leiteira de Aquidauana, sendo que os produtores camponeses trazem o modo tradicional da criação e do manejo com o gado leiteiro, sem o trato devido que uma vaca produtora de leite necessita, mantendo a tradição do manejo que muitos têm com criação de gado de corte sendo uma cultura que predomina na região dificultando e resistindo à aplicação da Normativa 51.

A expansão da lógica capitalista que é colocada a Normativa 51 no Brasil e na Bacia Leiteira de Aquidauana, afeta a forma de organização da produção e as relações sociais tradicionais, com os projetos colocados para estes produtores exigindo que eles têm que mudar seu modo de produzir, tendo que tirar o leite duas vezes por dia, manejar as vacas e tratá-las de forma diferente, para a campesinidade este modo se apresenta como projeto em oposição à situação em que eles se encontram.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão de obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses próprios, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem em dinheiro.

Assim transforma, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada é mais do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas. (OLIVEIRA. p. 80. 2007).

O encontro com a nova realidade do processo capitalista tem provocado uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando os costumes e tradições pelos sistemas culturais com as novas exigências de manejo com o gado leiteiro, tomando um redimensionamento das atividades imbricando em conflitos com a indústria e o sistema cultural na atividade de produção de leite.

[...] a noção de formação econômico-social permitiu alargar a concepção de capitalismo, além dos limites da noção de modo de produção abrangendo as relações apoiadas na produção mercantil simples. (...) a lei da formação econômica social é a lei do desenvolvimento desigual. Ela significa que as forças

produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, ao mesmo ritmo histórico (LEFEBVRE, 1996 *apud* PAULINO 2003, p. 181).

Neste caso, as palavras de Schneider (1999, *apud* SILVA & TSUKAMOTO, 2001, p. 154) são pertinentes, uma vez que:

A atividade leiteira pode ser compreendida como uma estratégia de reprodução da família. E, não obstante a falta de reconhecimento no interior da unidade produtiva, dada sua condição de marginal em relação às outras atividades agrícolas e complementares em termos de geração de rendas, é a ela que a família recorre como fonte de recursos permanentes para a aquisição de bens não produzidos na propriedade. Talvez seja o próprio papel regulador que o leite desempenha no interior da propriedade que explica o pouco prestígio e a falta de investimentos que esta atividade recebe dos colonos.

Todavia, são estes produtores que estão sustentando o Estado e a Bacia Leiteira de Aquidauana e vêm resistindo às dificuldades encontradas com a produção como a exploração dos laticínios, e ficando subordinados a eles. Outro fator a ser considerado, ao analisar estas questões, é que o leite é um produto que viabiliza as pequenas propriedades, gera empregos e mantém o homem no campo.

Considerações e finais

Com o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, houve mudanças estruturais importantes e decisivas nos sistemas de produção do leite, a crescente busca pela ampliação da produtividade e a melhoria da qualidade através da incorporação das tecnologias.

O instrumento utilizado pelas grandes empresas, para selecionarem seus fornecedores, tem sido a granelização da fase de coleta do leite. A falta de escala de produção mínima e a descapitalização dos pequenos produtores de leite têm feito com que estes não reúnam as condições necessárias para a aquisição de um tanque de expansão (resfriamento). Neste sentido, os produtores que não atendem às novas exigências, tendem a ser marginalizados no setor do agronegócio. Portanto, verificou-se que os pequenos produtores descapitalizados não têm condição de comprar resfriadores,

as indústrias dependem destes produtores e instalaram postos de resfriamento para assegurar reserva de mercado para a empresa. Na Bacia Leiteira de Aquidauana, ocorre a atuação de laticínios de pequeno porte que instalam resfriadores nas pequenas propriedades em pontos estratégicos, realizando a coleta em caminhões isotérmicos de dois ou três dias de acordo com a produção.

Nota-se que estes produtores estão inseridos num processo de sujeição da renda da terra sobre o trabalho familiar, o trabalho gerado na unidade produtiva, para o capital urbano-industrial, agroindustrial e comercial, sendo explorados pela indústria no momento do pagamento do preço do leite.

Na lógica camponesa, a produção de leite mostrou – se importante para desvendar a ocupação do território da bacia e a resistência, à indústria, mantendo seu modo de vida na produção e no trabalho não medido pelo lucro, mas pela satisfação das necessidades da família; ao mesmo tempo em que eles produzem para sua sobrevivência, necessita dessa indústria o que incide numa relação contraditória. Tal situação acaba gerando uma relação conflituosa, pois os capitalistas articulam as regras nas relações do trabalho familiar, exigindo que os pequenos produtores invistam em melhorias do rebanho leiteiro, o que nem sempre é possível para os camponeses. Ao mesmo tempo a indústria depende deles, para receber parte do fruto do trabalho dos camponeses, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la. Portanto, continua se reproduzindo em área onde o processo de circulação do modo de produção capitalista trata-se de ter poder, de ter, de possuir e enriquecer. Porém, há modos de vida possibilitando a sociedade camponesa a resistir, mas o capital da possibilidade para eles não desaparecerem.

Referências

BRASIL. **Instrução Normativa 51** de 20 de setembro de 2002. *Aprova os regulamentos Técnicos de Produção, identidade e qualidade do leite tipo C.* **Diário oficial da União**, Brasília: seção 1. setembro 2002.

GOMES, T. S. **Evolução Recente e Perspectiva da Produção de Leite no Brasil.** O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: Embrapa/UFV, 2001. **Disponível**

em: <http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_152.20.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2008.

JANK, M. S., GALAN, V. B. **Competitividade do Sistema agroindustrial do leite.** PENSA/USP. São Paulo, 1998.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro:** Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: CONTEXTO. 1991.

PAULILO, M. I. S. **Leite:** produção familiar, mercado e saúde pública. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. N23–agosto – 2001. Santa Catarina, 2001. **Disponível em:** <<http://www.cfh.ufsc.br/~naf/doc/Leite-prod.pdf>>. Acesso em: 06 maio. 2008.

PAULINO, E. T. **A terra e vida.** Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná. [Tese de doutorado de Geografia], São Paulo: UNESP, 2003.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho.** Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, J. A., TSUKAMOTO, R. Y. **A Modernização da Pecuária Leiteira e a Exclusão do Pequeno Produtor.** Revista do Departamento de Geociências. *Geografia*, Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2001.